

## GOVERNO “COMETEU ERROS”, AGORA DEVE TER “CORAGEM E FIRMEZA” PARA TRAVAR O CRESCIMENTO DA PANDEMIA



O Presidente do PSD concorda com a inclusão do Reino Unido na lista de países sujeitos a quarentena para entrar em Portugal Continental e defendeu “coragem e firmeza” para tomar as medidas que se impõem. “A posição do Governo português na altura do futebol e do caso concreto da Liga dos Campeões acho mal, a resposta do Governo português quando faz com o Reino Unido o mesmo que o Reino Unido nos está a fazer a nós, acho bem. Bem pelo contrário, foram eles que vieram para cá trazer aquilo que é o nosso mal agora”, afirmou Rui Rio, após a apresentação das 14 candidaturas autárquicas do distrito de Vila Real



pág. 6

### PARLAMENTO

**RUSSIAGATE: NOUTRO PAÍS, MEDIANA “NÃO TERIA HIPÓTESE DE SER RECANDIDATO”**

Carlos Peixoto afirma que num país do norte da Europa, num país com uma cultura de rigor e uma verdadeira noção dos valores, Fernando Mediana “não teria a menor hipótese de ser recandidato à Câmara de Lisboa”



pág. 11

### LOCAIS

**“SUSPENSÃO DE AULAS NO ALGARVE É “FALTA DE RESPEITO”, CONSIDERA DO PSD/ALGARVE**

Os deputados do PSD eleitos pelo Algarve vão interpelar o Governo com caráter de urgência sobre a suspensão das aulas em cinco municípios, alegando que o anúncio, feito no domingo, é uma “falta de respeito” pelos pais



pág. 12

### REGIONAIS

**PRESIDENTE DO PARLAMENTO AÇORIANO SUBLINHA QUE AUTONOMIA DEVE “SER CONTINUAMENTE APERFEIÇOADA”**

Luís Garcia, presidente do Parlamento açoriano, assegura que “a autonomia não é um processo estanque” e que “deve ser continuamente aperfeiçoado”, a propósito do 45º aniversário das primeiras eleições regionais



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## PEDINTE

Portugal despede-se da presidência do Conselho da União Europeia e passa a pasta à Eslovénia. A quarta presidência portuguesa fica marcada por um momento insólito, mas revelador.

No final da cerimónia de assinatura do contrato do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Primeiro-Ministro, presidente em exercício do Conselho da UE, dirigiu-se a Ursula Von der Leyen, e proferiu uma frase que resume a gula dos governos socialistas: "Now, can I go to the bank?"

Elisa Ferreira, Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, ainda se espanta que Portugal "com tantos anos de apoio ... ainda está entre os países atrasados". "É penoso", confessa a antiga ministra.

É uma raridade ver um socialista admitir e reconhecer, de forma tão cristalina, uma verdade – o PS foi governo em 11 dos últimos 15 anos – e até contradizer um Primeiro-Ministro que, perante a pandemia e os desafios climático e digital, trata o novo mecanismo de recuperação, como se fosse um porquinho mealheiro.

Estão a chegar os milhões de Bruxelas, para dar corpo à "visão estratégica para o plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030", mas a premissa é exata e rigorosamente a mesma, que consta da cartilha socialistas, desde sempre. O PS trata o dinheiro público, seja dos fundos europeus seja dos contribuintes nacionais, como se fosse uma fonte inesgotável. O banco são as pessoas.

Portugal não sai da cepa torta enquanto prevalecer esta mentalidade de pedinte, em que se trata a UE como uma entidade abstrata e mera financiadora de obras faraónicas, camufladas de investimentos necessários ou estruturantes.

Aeroporto em Lisboa? Avançamos para o Montijo – ou para outro lugar qualquer. Há uma promessa de esperança energética assente no lítio e nas formas limpas? Partimos para a exploração injustificada e para subsidiação dos consumidores. Há uma cidade sem autoestrada? Fazemos mais uma via rápida, concessionamos e cobramos depois em portagens e em combustíveis – dos mais caros do mundo. São planos atrás de planos, intenções atrás de intenções e Portugal sempre a afastar-se da coesão europeia.

Não há nada, pois, nada de novo quanto à irresponsabilidade socialista. Basta recordar o mau exemplo dos gastos da presidência portuguesa para fatos, camisas, vinhos, brindes e um centro de imprensa fantasma. Podemos esperar por uma utilização plena e eficaz dos fundos europeus? Podemos. Mas temos muitas dúvidas que seja com os governos socialistas, que dominam de forma hábil todas técnicas da ilusão e da manipulação das massas.

Portugal continua a ser uma oportunidade adiada. Até quando? Talvez até um inevitável novo resgate, para evitar o contágio sistémico na zona euro, quando percebermos que já esgotamos o financiamento externo.

O que importa é que temos um chefe de um (des)governo que sabe onde pode ir quando precisar, "the bank of Brussels". Nessa altura, teremos a surpresa espetada diante dos olhos: "o banco fechou portas" ou "o banco mudou de instalações".

Marcou uma era da publicidade de ouro o slogan "Se queres dinheiro, vai ao Totta". Agora é mais, se queres dinheiro vai ao Rato e pede ao Costa. Portugal já não tem o Totta, mas tem dívida, cada vez mais alta, atraso e uma memória recente s. Qualquer dia não teremos fundos europeus, apenas más lembranças e já Costa estará noutras andanças. Para Costa teria sido mais eficaz manter o registo das vacas voadoras. Costa é um pedinte de Estado, que deixará o país inegavelmente mais pobre.

## RUI RIO EM OVAR

# "O PS E O GOVERNO SOFRER UM CLARO

Rui Rio considera que o PS e o Governo estão a "sofrer um claro esgotamento", patente desde logo "nas relações entre governantes", "dentro do grupo parlamentar" e nas "relações entre dirigentes".

O Presidente do PSD, que falava na apresentação da recandidatura de Salvador à Câmara Municipal de Ovar, na sexta-feira, acusa os socialistas de apenas se interessarem em fazer "nomeações", mas "isso não é forma de governar o país".

"O PS está naturalmente e o Governo a sofrer um claro esgotamento. Nota-se nas relações entre governantes, nota-se nas relações dentro do grupo parlamentar do PS, nota-se nas relações entre dirigentes do PS. E depois há uma coisa que os une e junta. Essa coisa são as nomeações, porque as nomeações que podem fazer para o aparelho do Estado, essas, interessa a todos. Os que gostam mais e os que gostam menos uns dos outros. Aí, eles unem-se, mas isso não é forma de se governar o país", afirmou.

Dando como exemplo da nomeação de Pedro Adão e Silva para comissário dos 50 anos do 25 de abril, o líder do PSD referiu que as celebrações desta data deveriam "ser a coisa mais independente e isenta". "Fazem isto exatamente na mesma altura em que a câmara municipal mais importante que o PS governa, a Câmara Municipal de Lisboa, e não será exatamente em honra do 25 de abril, é exatamente ao contrário, que se percebe que denuncia manifestantes a países cujas regras democráticas deixam muito a desejar", apontou.

Na Arena Dolce Vita, em Ovar, onde estiveram presentes 400 apoiantes, Rui Rio declarou ainda estar convencido de que "pelo fraco desempenho que o Governo tem vindo a ter nos últimos meses", nas eleições autárquicas, os portugueses vão mostrar "algum descontentamento".

"Penso que os portugueses nestas eleições autárquicas vão também, na altura do voto, valorizar um pouco a necessidade de mostrar a este Governo algum descontentamento para que ele perceba que tem de mudar", salientou.



# “...RNO ESTÃO A ...RO ESGOTAMENTO”



# INJEÇÃO NA TAP É “DEITAR DINHEIRO FORA”, GOVERNO “PERDEU UMA OPORTUNIDADE

Em Marco de Canaveses, Rui Rio criticou solução do Governo para os atuais problemas da TAP, considerando que a “injeção de capital” significará que “vai ser deitado dinheiro fora”.

“Entendo que a forma como o Governo está a dizer que vai reabilitar a TAP não vai reabilitar TAP nenhuma e o dinheiro vai ser deitado fora. Aquilo que é a injeção de capital que se faz agora vai necessitar de outra injeção, outra injeção e outra injeção”, afirmou.

À margem da apresentação da candidatura social-democrata à Câmara de Marco de Canaveses, o líder do PSD reforçou que em relação à TAP “teria tomado uma opção completamente diferente”.

“Infelizmente, acho que se perdeu uma oportunidade de fazer uma reestruturação a sério na companhia aérea portuguesa”, acrescentou.

Para lá disso, prosseguiu Rui Rio, a Comissão Europeia ainda nem sequer viabilizou aquilo que é o plano da TAP e que o PSD “desconhece”.

## COVID-19: AJUNTAMENTOS NOS FESTEJOS DO SPORTING E LIGA DOS CAMPEÕES FORAM GRANDES DISPARATES

O Presidente do PSD qualificou de “grandes disparates ligados ao futebol” os ajuntamentos dos festejos do Sporting, em Lisboa, e a final da Liga dos Campeões, no Porto, em contexto de pandemia de covid-19.

“Todos temos de ter comportamentos recatados e está provado, inclusive aqui em Portugal, que se cometeram disparates ligados ao futebol, designadamente nos festejos do Sporting, em Lisboa, e depois na final da Liga dos Campeões, no Porto”, expressou.

Rui Rio criticou os “écrans espalhados no país, particularmente na zona do Algarve” para transmitir jogos do Euro. “Todos estamos a perceber que não se entendia, no quadro da pandemia, este comportamento”, sublinhou.

Rui Rio reitera que na situação atual da pandemia todos têm de “ter comportamentos recatados, mesmo aqueles que já estão vacinados”.



RUI RIO NA APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS AUTÁRQUICOS DO DISTRITO DE VILA REAL

## GOVERNO “COMETEU ERROS”, AGORA DEVE TER “CORAGEM E FIRMEZA” PARA TRAVAR O CRESCIMENTO DA PANDEMIA FORTE” NO AMBIENTE

Rui Rio desafia os candidatos autárquicos do PSD a colocarem o ambiente na agenda das prioridades políticas. O ambiente é, segundo Rui Rio, uma área onde o PSD tem historicamente “uma tradição muito forte”.

No sábado, 5 de junho, para assinalar o Dia Mundial do Ambiente, Rui Rio deslocou-se ao Jardim/Parque Carlos Amaral em Celorico da Beira, onde defendeu o alargamento dos “espaços verdes no país, nas nossas cidades, vilas e aldeias”: “E se é verdade que os governos têm um papel muito importante na reconversão da indústria, também é verdade que do lado das autarquias é muito importante, na exata medida em que, se fizerem mais parques verdes, mais verde, naturalmente estão a colaborar para aquilo que é a neutralidade carbónica que pretendemos atingir”, declarou

Rui Rio assinala que está em causa a defesa do planeta, das próximas gerações e do combate às alterações climáticas, através da “redução das emissões de CO2”. “Parei aqui para assinalar o Dia do Ambiente, porque o PSD tem uma tradição muito forte nesta área, desde tempos muito antigos, desde inícios dos anos 1980, pelo menos, que me lembre”, sublinhou.

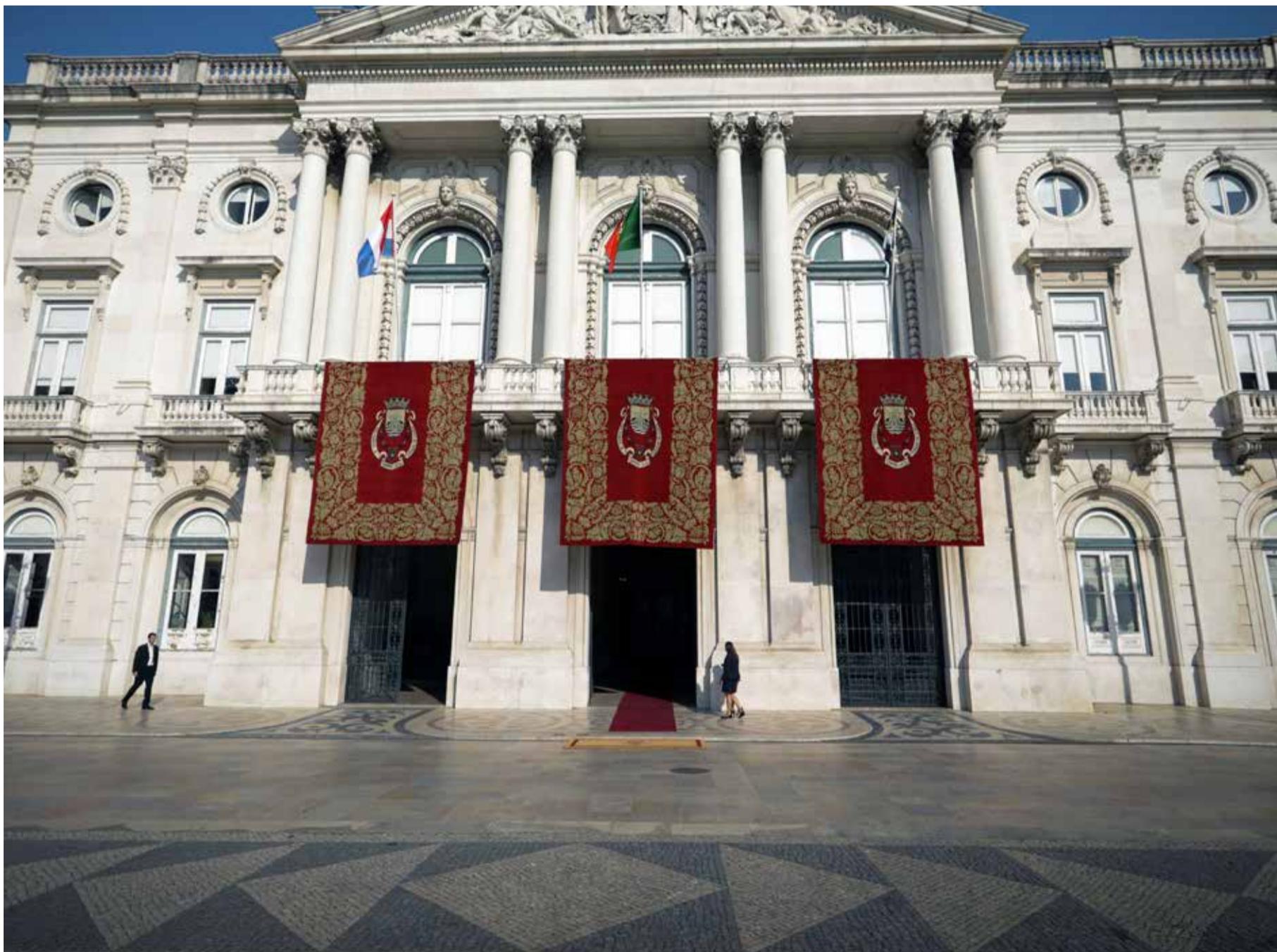
O Dia Mundial do Ambiente foi instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 5 de junho de 1972 e é comemorado em mais de 100 países. A efeméride é celebrada todos os anos numa cidade diferente e com um lema distinto, sendo o deste ano a Restauração de Ecossistemas e o Paquistão o país-anfitrião.



TUDO O QUE ACONTECE COM EDUARDO CABRITA É DA RESPONSABILIDADE DE ANTÓNIO COSTA QUE INSISTE EM DIZER QUE O MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA É UM BOM MINISTRO



# RUSSIAGATE: NOUTRO PAÍS, MEDINA “NÃO TERIA HIPÓTESE DE SER RECANDIDATO”



Carlos Peixoto afirma que num país do norte da Europa, num país com uma cultura de rigor e uma verdadeira noção dos valores, Fernando Medina “não teria a menor hipótese de ser recandidato à Câmara de Lisboa”. Na audição do Presidente da Câmara de Lisboa no Parlamento sobre envio de dados de manifestantes para a Rússia, o Vice-Presidente da bancada do PSD lamentou que por cá uma questão desta gravidade se resolva com o anúncio de uma auditoria, ainda por cima incompleta, e com “uma anedótica demissão de um funcionário a quem, dias antes, a Câmara renovou o contrato”.

Para o social-democrata, esta atuação de Fernando Medina “revela um enorme desnorte” e um comportamento “errático” de “uma das principais figuras do PS”, adiantando o deputado que dizer que “não sabia” é “politicamente infantil”.

Carlos Peixoto afirmou, de seguida, que o envio de dados de manifestantes a países como a Rússia, China, Irão, Nigéria, Angola, Arábia Saudita colocou “Portugal ao nível do terceiro mundo.” “São países que propugnam pela pena de morte e países que não têm nenhum prurido em sinalizar inimigos para os maltratar e que têm como marca de água traços antidemocráticos e de desrespeito pelos direitos humanos”, alertou o deputado.

A terminar, o deputado questionou a Fernando Medina quando teve conhecimento desta prática e pediu para que seja tornado público o despacho que António Costa fez em 2013 para que os dados só fossem enviados à PSP e ao Ministério da Administração Interna. “Porque é que neste tempo todo não cumpriu? Foi uma gestão demasiado despreocupada”, rematou o social-democrata.

## PSD QUER OUVIR O ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

O PSD pretende ouvir na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias do Parlamento o responsável pela proteção de dados da Câmara Municipal de Lisboa (CML), na sequência da partilha de informações pessoais de manifestantes com embaixadas. Através de um requerimento, o PSD sustenta que a audição de Fernando Medina da semana passada “deixou diversas questões por esclarecer”.

Os deputados do PSD apontam “a responsabilidade neste processo do encarregado de proteção de dados, Luís Feliciano, que segundo foi noticiado será exonerado pelo Presidente da CML”.

Por outro lado, alegam ainda o balanço da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) feito no relatório da autarquia que criticava a “morosidade na implementação das necessárias medidas de mudança comportamental e organizacional”, “a ausência de uma estratégia transversal, de uniformização e de boas práticas na gestão documental das UO’s [unidades orgânicas]”, e a necessidade de existir “orçamento próprio”.

Neste processo, o PSD recorda ainda que Luís Feliciano terá solicitado em abril o reforço da equipa com que trabalhava para “abordar os assuntos com a profundidade desejável, necessária quer pela novidade dos temas quer pelo risco (de segurança) que podem ter associado a si”.

Entretanto, a Associação dos Profissionais de Proteção e de Segurança de Dados (APDPO) anunciou que apresentará queixa se a exoneração do encarregado da proteção de dados da CML se concretizar.

Perante estas informações e por considerarem que o Presidente da autarquia não esclareceu a situação, os sociais-democratas pedem para ouvir o encarregado da proteção de dados da Câmara Municipal de Lisboa.

# PARTILHA DE DADOS, PSD QUER EXPLICAÇÕES DA MINISTRA DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O PSD requereu a audição parlamentar da ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, para esclarecer a partilha de dados de cidadãos portugueses para exploração comercial de marcas como a Google.

“Envolvendo potencial desrespeito pela proteção de dados dos cidadãos, a eventual partilha indevida decorrente da exploração comercial de dados de navegação de cidadãos em plataformas de serviços públicos disponíveis na internet, plataformas essas da responsabilidade do Governo português, é uma situação preocupante que não pode passar incólume e merece ser esclarecida, sendo imprescindível perceber o que se passa a este respeito”, justifica o PSD.

Através de requerimento, os deputados do PSD pretendem ainda ouvir a Comissão Nacional de Proteção de Dados, entidade administrativa independente que controla e fiscaliza o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, “que assegura a execução do RGPD na ordem jurídica nacional, para esclarecer o que terá sido apurado, no âmbito dos respetivos poderes de controlo e fiscalização, acerca desta situação”.



De acordo o jornal “Expresso”, os principais endereços do Sistema Nacional de Saúde (SNS) têm disponibilizado dados dos cidadãos para exploração comercial da Google e de outras marcas ligadas à publicidade e,

além de dados de tráfego como os que são recolhidos pelo serviço Google Analytics, os endereços SNS24.pt e SNS.gov.pt “recolhem dados para campanhas publicitárias através do serviço Doubleclick”.

## PANDEMIA

# GESTÃO DO GOVERNO TEM SIDO UM “DESASTRE”

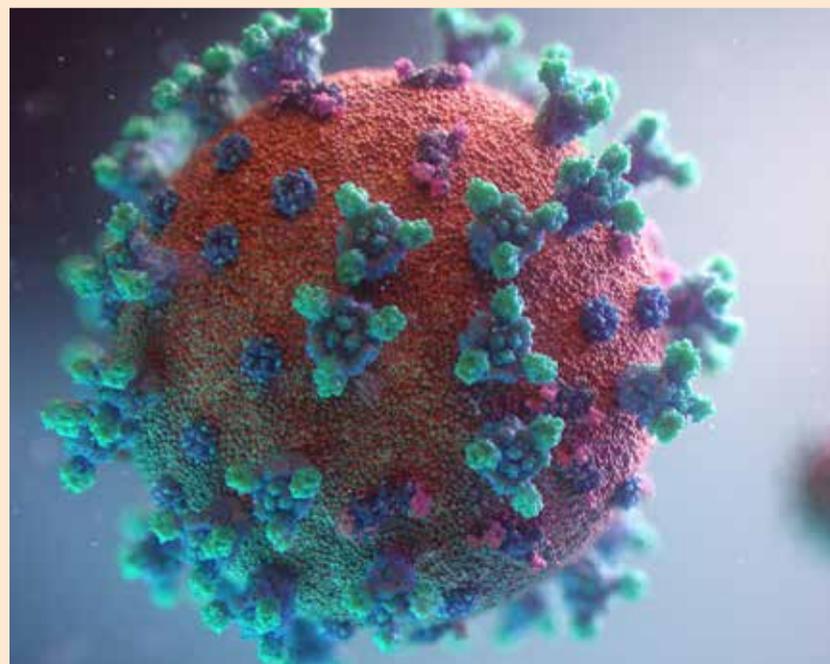
Maló de Abreu acusa o Governo de ter sido um “desastre” na resposta à pandemia e de estar mais preocupado com a sua imagem. Numa declaração no Fórum TSF, o deputado do PSD afirmou que “esta pandemia foi mal gerida pelo Governo”, falando mesmo em “desastre”. Segundo deputado, o Governo socialista “navega à vista, sem plano, sem consistência, sem coerência” e “está mais preocupado com a sua imagem, com a perceção que dá, do que propriamente com a questão grave da saúde”.

Para Maló de Abreu, o “ajoelhar perante o Reino Unido” e a declaração “humilhante e vergonhosa para Portugal”, feita pela Chanceler alemã, sobre a falta de uma política comum na Europa em relação às viagens, algo que deveria ter sido tratado pela Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, são dois exemplos clamorosos das falhas do executivo.

Por entender que a pandemia “é um assunto demasiadamente sério para ser levado ao sabor da maré”, Maló de Abreu recordou que o PSD apresentou, em devido tempo, uma proposta para a gestão desta pandemia que passava por um conjunto grande de medidas que não foram atendidas pelo Governo. Essa inação, adianta o social-democrata, levou à morte de muitos portugueses, não só diretamente devido à pandemia, como fruto de menos 8 milhões de consultas médicas, menos 127 mil cirurgias, menos 25 milhões de atos complementares e de menos meio milhão de rastreios oncológicos.

“É preciso corrigir rapidamente o rumo e dar um novo rumo à nossa política de gestão da pandemia, sob pena de continuarem a morrer portugueses”, frisou.

Maló de Abreu manifestou ainda a concordância do PSD com as observações que são vertidas no relatório do Observatório Português dos Sistemas de Saúde “que arrasa o Governo”.



# PSD INSISTE NA CONSTRUÇÃO DE NOVO CENTRO DE FORMAÇÃO DA GNR DE PORTALEGRE

Uma semana depois da realização das jornadas parlamentares em Portalegre, os deputados do PSD insistem na construção do novo Centro de Formação da Guarda Nacional Republicana (GNR) em Portalegre.

Através de um projeto de resolução, o PSD recomenda ao Governo que “considere prioritária a construção das novas instalações do Centro de Formação da Guarda Nacional Republicana, em Portalegre, dando cumprimento aos compromissos assumidos e executando o investimento previsto na Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna (LPIEFSS)”.

O PSD lembra que o Centro de Formação da Guarda Nacional Republicana funciona, desde 1985, no antigo Convento de São Bernardo, em Portalegre, “em instalações que se têm vindo a degradar com o decorrer dos anos” e que “a ambição e reivindicação da construção de uma nova Escola de Formação da GNR tem sido constante desde há muitos anos, tanto por parte da autarquia como das populações da região”.

Ainda em dezembro de 2018, foi assinado entre o Município de Portalegre e o Ministério da Administração Interna, um protocolo que visava a celebração de um contrato para a construção do novo Centro de Formação da Guarda, a executar no quadro da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança. Para esse efeito, a autarquia cedeu, a título gratuito, um terreno de 28 hectares na zona industrial da cidade. No final de 2019, foi divulgado pelo Governo, através do ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, “o compromisso do Ministério da Administração Interna e da Guarda Nacional Republicana com a cidade de Portalegre”, anunciando que já tinha sido definido o espaço para a instalação do novo centro de formação, e que estava programado, para o efeito, um investimento de 14 milhões de euros, o “maior investimento a nível nacional no âmbito da Guarda Nacional Republicana”. Um ano depois, no final de janeiro de 2020, durante o discurso cerimónia de compromisso de honra dos novos militares que integraram o 41.º Curso de Formação de Guardas, em Portalegre, o ministro da Administração Interna voltou a anunciar a construção da nova escola da GNR, desta feita com um investimento de cerca de 20 milhões de euros.

O PSD destaca que “a construção desta infraestrutura deve constituir uma prioridade para o Governo, na medida em que a presença da Guarda Nacional Republicana em Portalegre é essencial, quer para a modernização desta instituição, que aí forma os seus militares, quer para a concretização de uma política de coesão territorial, desenvolvimento e revitalização do interior do País”.

## AMPLIAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA ESTÁ PARADA POR ATRASOS NA APROVAÇÃO DE PORTARIA DO GOVERNO

Ainda no seguimento das visitas ao terreno efetuadas durante as jornadas parlamentares, o grupo parlamentar social-democrata entregou uma pergunta ao Governo sobre a empreitada de ampliação do Palácio da Justiça de Portalegre.

Os deputados do PSD constataram “in loco que o Palácio da Justiça de Portalegre continua encerrado para obras e que continuam igualmente, em consequência, os juízos locais, cível e criminal, de Portalegre a funcionar provisoriamente no edifício das Estradas de Portugal. Escusado será lembrar que o Palácio da Justiça de Portalegre se encontra encerrado desde 2014 para obras e, desde então, que os juízos aí instalados passaram a funcionar provisoriamente, até à conclusão daquelas obras, cujo prazo de execução previsto era de dez meses, no edifício que era usado, até então, pela Junta Autónoma das Estradas (Estradas de Portugal)”.



Na realidade, o Tribunal Judicial de Portalegre mantém-se nas instalações provisórias pertencentes à antiga Junta Autónoma das Estradas, realizando julgamentos em gabinetes e “a verdade é que decorreram de então para sete anos e motivo pelo qual foi realizada a transferência provisória do tribunal – realização de obras no Palácio de Justiça – ainda não conheceu qualquer desenvolvimento. Trata-se de uma situação que se prolonga há demasiado tempo sem que se veja, da parte do Governo, uma vontade firme e séria em resolver este problema que afeta os cidadãos de Portalegre, não sendo admissível que estes cidadãos se vejam privados, há sete anos, de disporem de instalações judiciais condignas na sua cidade”.

Os deputados social-democratas tomaram conhecimento de “que o arranque destas obras estaria dependente da aprovação de portaria de extensão de encargos que autorize o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP (IGFEJ), a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de empreitada a celebrar com vista à ampliação do edifício do Palácio da Justiça de Portalegre, encontrando-se em falta autorização nesse sentido por parte do Ministério das Finanças”.

### O PSD pergunta o ministro das Finanças:

1. Confirma que a portaria de extensão de encargos necessária a conceder autorização para o IGFEJ assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de empreitada a celebrar com vista à ampliação do edifício do Palácio da Justiça de Portalegre ainda não foi publicada em Diário da República por falta de autorização do Ministério das Finanças?
2. Por que razão é que o Ministério das Finanças ainda não autorizou a referida assunção de encargos por parte do IGFEJ, que permitiria o início da inter-

venção no Palácio de Justiça de Portalegre?

3. Como explica o Governo que um compromisso assumido em 2014 esteja hoje, sete anos volvidos, sem ter sequer tido início?
4. Quando é que esta situação será desbloqueada por parte do Ministério das Finanças?
5. Até que data limite o Governo, através dos respetivos membros responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça, publicará em Diário da República a portaria de extensão de encargos a autorizar o IGFEJ a assumir os encargos orçamentais com vista à empreitada de ampliação do Palácio de Justiça de Portalegre?

### E pergunta a ministra da Justiça:

1. Quando é que vão finalmente arrancar as obras de ampliação do Palácio da Justiça de Portalegre?
2. Qual o real ponto de situação relativo a esta obra?
3. Confirma que a portaria de extensão de encargos necessária a conceder autorização para o IGFEJ assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de empreitada a celebrar com vista à ampliação do edifício do Palácio da Justiça de Portalegre ainda não foi publicada em Diário da República por falta de autorização do Ministério das Finanças?
4. Que diligências é que o Ministério da Justiça tem feito no sentido de desbloquear essa situação junto do Ministério das Finanças?
5. Como explica o Governo que um compromisso assumido em 2014 esteja hoje, sete anos volvidos, sem ter sequer tido início?

# PSD DEFENDE CERTIFICADO DIGITAL PARA QUEM JÁ ESTEVE INFETADO E RECEBEU UMA DOSE DE VACINA

O grupo parlamentar do PSD requereu ao Governo a atribuição do Certificado Verde Digital com vacinação completa a pessoas com uma única dose que tenham sido previamente infetadas com o novo coronavírus.

Num requerimento que deu entrada no Parlamento, os deputados social-democratas apelam à ministra da Saúde, para que “corrija o Certificado Verde de Vacinação”, atribuindo a vacinação completa aos cidadãos naquelas condições, “por cumprimento das normas da Direção-Geral da Saúde, e de acordo com a recomendação da Comissão Europeia”.

No documento, os deputados assinalam que a Comissão Europeia diz que cada Estado-membro tem liberdade para decidir administrar apenas uma dose de duas da vacina contra a covid-19 para pessoas recuperadas. E que diz que se o país o fizer o certificado de vacinação deve expressamente indicar que a vacinação fica completa apenas com uma dose da vacina.

A maioria dos países recomenda, nestes casos, a vacinação completa, mas a Direção-Geral da Saúde (DGS) “optou por acompanhar” os países que “preconizam apenas uma dose de vacina (em vacinas de duas doses)”, afirma o PSD.

Os deputados, citando a Direção-Geral da Saúde, afirmam que “os cidadãos infetados com covid-19 devem ser inoculados com apenas uma dose de um esquema vacinal”. Mas acrescentam que o Certificado Verde Digital já em vigor, emitido em Portugal, leva a que atualmente os cidadãos que tenham estado infetados e recebido apenas uma de duas doses de vacinação fiquem impedidos “do acesso pleno que o Certificado Verde Digital permite”. No entanto, segundo as normas da DGS “têm a vacinação completa”, frisam os deputados.



“Além disso, a Comissão Europeia propõe que as pessoas que tenham recebido apenas uma dose de vacina de um esquema vacinal de duas doses após terem sido infetadas com covid-19 sejam consideradas completamente

vacinadas para efeitos de viagem. Tal poderá já não ser possível se se mantiver sempre a informação de uma toma em duas, conforme hoje o Certificado Verde Digital apresenta”, refere o PSD.

# EXONERAÇÃO DO DIRETOR-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, PSD QUER OUVIR BERNARDO ALABAÇA NO PARLAMENTO



O grupo parlamentar do PSD quer ouvir no Parlamento, “com caráter de urgência”, o ex-diretor-geral do Património Cultural, na sequência da sua exoneração, na sexta-feira, 25 de junho, pela ministra da Cultura.

No requerimento de audição parlamentar, os deputados social-democratas dão conta do facto de a ministra da Cultura “ter exonerado Bernardo Alabaça”, que foi “nomeado diretor-geral do Património Cultural há pouco mais de um ano, alegadamente e segundo fonte do Ministério da Cultura, por considerar que a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) está ‘inoperacional’”.

O PSD recorda que “a chegada de Bernardo Alabaça à Direção-Geral do Património Cultural em fevereiro do ano passado, fortemente contestada por várias entidades do sector, foi na altura justificada pela ministra da Cultura por ser a escolha necessária a apropriada de alguém com o perfil adequado aos desafios dum novo ciclo de políticas públicas para o património cultural e para as artes”.

“Alguns dos que criticaram a nomeação de Bernardo Alabaça vêm agora dizer publicamente que a sua demissão é ‘lastimável’, que se trata de uma ‘demissão totalmente política de quem procura um bote salva-vidas’ e que ‘a ministra tem de colocar a mão na consciência e assumir que os problemas comecem no Ministério, por falta de estratégia e de execução’”, considera o PSD.

Neste sentido, fundamenta o PSD, “importa clarificar esta súbita mudança de opinião e convicção da ministra da Cultura, já que o Ministério que tutela se tem caracterizado por uma absoluta e permanente falta de visão, estratégia e ação cuja responsabilidade é exclusivamente da senhora ministra”.

# PSD CONTESTA EXTINÇÃO DE POSTOS CONSULARES, COMUNIDADES PORTUGUESAS SERÃO “FORTEMENTE PENALIZADAS” COM DECISÃO DO MNE



Numa pergunta ao ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, na sexta-feira, os deputados José Cesário, Carlos Gonçalves, Catarina Rocha Ferreira e Nuno Carvalho consideram que “a eliminação dos vice-consulados, das agências consulares e dos próprios consulados honorários da categoria dos postos consulares terá fortes implicações no serviço prestado aos utentes e na presença político-diplomática de Portugal num conjunto significativo de cidades e regiões a que estamos historicamente muito ligados”.

O PSD antevê que a presença consular ficará em breve “reduzida a um simples escritório, sem qualquer tipo de autonomia funcional e sem uma chefia permanente”. Uma situação que irá afetar os postos de cidades como Providence, Recife, Belém do Pará, Fortaleza, Vigo, Curitiba, Toulouse e Porto Alegre.

“É óbvio que, na prática, Portugal deixará de ter uma representação diplomática permanente nestas cidades, sem ninguém que, em permanência, assegure a ligação às autoridades locais, o acompanhamento das nossas comunidades e a promoção dos nossos interesses económicos e culturais. De facto, é impensável que, por exemplo, a nossa representação no Rio Grande do Sul e no Paraná, seja assegurada através de diplomatas colocados em São Paulo. Na prática tal é absolutamente impossível de concretizar tal como já hoje se verifica em Santos, cujo Consulado Honorário também foi recentemente extinto, com enorme prejuízo para as nossas comunidades e a nossa

presença na Baixada Santista”, referem os deputados.

Para o grupo parlamentar do PSD, “além de algumas mudanças que poderão vir a ter impacto no serviço consular se, no futuro, for possível adotar medidas tecnológicas concretas que facilitem o tratamento e a obtenção à distância de dados pessoais para documentos e registos diversos, saltam à vista os impactos imediatos num conjunto de postos consulares que serão, inevitavelmente, fortemente afetados”.

Outro dos problemas decorre da decisão do Governo de impedir os técnicos superiores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dos serviços internos ou dos serviços periféricos externos, de acederem à chefia de postos, o que até aqui podia acontecer no caso dos vice-consulados e das agências consulares. Na prática, assinala o PSD, trata-se de uma “decisão, que para além de sectária, vem retirar do atendimento consular direto funcionários extremamente competentes e polivalentes, que garantiam a execução de todo o tipo de funções de natureza consular”.

Finalmente, os deputados social-democratas salientam “que salta à vista o facto de os cônsules honorários passarem a só poder emitir documentos provisórios de viagem, deixando assim de poder fazer o tratamento de passaportes em condições idênticas aos postos consulares, de cujo elenco desaparecem, o que poderá também penalizar comunidades de diversas cidades e regiões um

pouco por todo o mundo. Cumpre assim perceber como tais questões serão ultrapassadas, sob pena de os nossos interesses diplomáticos e os das nossas comunidades ficarem seriamente afetados”.

Neste quadro, as comunidades portuguesas serão “fortemente penalizadas com menos meios humanos à sua disposição”.

#### O PSD pergunta:

1. Por que razão o Governo, através do Decreto-Lei nº 51/2011, acaba de extinguir os Vice-Consulados de Toulouse, Vigo, Providence, Belém do Pará, Fortaleza, Recife, Curitiba e Porto Alegre, transformando-os em meros escritórios consulares, medida que se irá concretizando à medida que as comissões de serviço dos atuais titulares forem terminando?
2. Como será futuramente assegurada a representação de Portugal junto das autoridades locais destas cidades ou regiões, tendo em conta a sua importância para Portugal, e como será garantido o acompanhamento permanente das nossas comunidades nestas mesmas áreas geográficas?
3. Está garantida a colocação imediata nestes postos de novos funcionários, com a categoria de chanceleres ou técnicos superiores, que possam vir a superar, ainda que parcialmente, a falta dos atuais titulares?
4. Como será garantida, a partir de agora, a emissão de passaportes nos serviços dos cônsules honorários que estão autorizados a fazê-lo?



## “SUSPENSÃO DE AULAS NO ALGARVE É “FALTA DE RESPEITO”, CONSIDERA DO PSD/ALGARVE

Os deputados do PSD eleitos pelo Algarve vão interpelar o Governo com caráter de urgência sobre a suspensão das aulas em cinco municípios, alegando que o anúncio, feito no domingo ao final do dia, é uma “falta de respeito” pelos pais.

A Autoridade de Saúde Regional do Algarve determinou no domingo a suspensão das aulas presenciais do 1.º e 2.º ciclos, nos municípios de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel, devido à “gravidade da situação” epidemiológica.

Em comunicado, os deputados do PSD eleitos pelo Algarve consideram que a decisão “é reveladora de uma intolerável e gritante falta de respeito pelos pais”, por desestruturar a organização familiar nas próximas semanas, “pondo em causa pessoas que trabalham, muitas que não têm com quem deixar os filhos”.

Para os parlamentares, a medida é também reveladora “da ausência de previsão do Estado e da opacidade no processo decisório, bem como de tempo e modo que confundem as pessoas, são fator de desconfiança e abalam a autoridade do Estado”.



Os deputados dizem desconhecer o fundamento da decisão, se é estritamente necessária, por não estar a ser adotada noutras regiões com uma evolução idêntica da pandemia, como Lisboa, e questionam “qual foi o aconselhamento científico que a motivou”.

Cristóvão Norte, Rui Cristina e Ofélia Ramos questionam ainda como é que “uma medida avulsa, desacompanhada de articulação com outros domínios da vida em sociedade, se reveste de um tal efeito útil que compense os prejuízos que se projetam na vida das pessoas”.

Deduzindo que “a situação é tão grave ao ponto de se tomar esta medida”, os deputados querem saber “porque não é decretada a testagem massiva e gratuita – neste momento nem é massiva nem gratuita –, ou se acelera a vacinação”, já que esta é a região que “tem a vacinação mais atrasada”.

Em comunicado, a Autoridade de Saúde Regional do Algarve explicou que a decisão teve como base “o princípio da precaução”, devido à existência de “816 casos confirmados ativos de covid-19” na região.

## APÓS QUATRO ANOS SEM PLANEAMENTO, CÂMARA DE PORTIMÃO PROCURA EM QUATRO MESES “RECUPERAR O CALENDÁRIO PERDIDO”

A Comissão Política Concelhia do PSD de Portimão reitera que é benéfico para o concelho o adiamento de grandes obras em estradas e artérias fulcrais de Portimão para depois do verão. No entanto, o PSD observa que, sem espanto, só agora, em pleno ano de eleições autárquicas, a Câmara Municipal de Portimão tem a decorrer 13 obras deste género em todo o concelho.

“A ação retórica e óbvia da Câmara Municipal de, eleitoralmente até na presença da comunicação social, proceder ao auto de suspensão da empreitada da 1.ª fase de pavimentação da super movimentada V6, prevista para decorrer em julho e agosto de 2021, demonstra apenas que aquando do lançamento do concurso não havia qualquer planeamento estratégico de mobilidade porque quando lançaram concurso e adjudicaram obra sabiam em que meses ia calhar, no verão e portanto há duas respostas possíveis: ou é eleitoralismo para virem agora dizer que suspendem a pensar nos constrangimentos ou então, talvez pior, é porque de facto adjudicam tudo sem qualquer planeamento do que querem e vão fazer”, afirma o presidente do PSD.

Carlos Gouveia Martins lamenta que “só um portimonense muito iludido pode acreditar que o PS, pelas palavras de quem lidera o executivo, suspendeu estas obras porque não quer dificultar o retomar da economia, todos sabemos que dentro das várias possibilidades, na altura em que adjudicaram obra, essa não era uma delas”.

Carlos Gouveia Martins entende que “em política, o que parece, é”. “A Câmara Municipal e o PS usaram efetivamente uma conferência de imprensa para dizerem que adiar obras é o oposto de eleitoralismo mas, no mesmo momento, fizeram a maior prova de eleitoralismo ao apresentar e descrever as 13 obras e os 7 milhões de euros de investimento que decorrem a escassos meses de eleições a que acrescem ainda 4 milhões de euros noutra conjunto de obras com concursos a decorrer ou a ser lançados em breve apenas”, apontou.

O PSD de Portimão alerta os “portimonenses para não



aceitarem de ânimo leve a ‘areia para os olhos’ atirada pela Presidente de Câmara, agora, neste ano de eleições, quando tudo muda e, subitamente, todos os concursos que dizia a Câmara ficarem desertos terem agora sim empresas de todo o tipo a candidatarem-se para construção”.

Por fim, assinala o PSD a preocupação de, sabendo que são obras há muitos anos necessárias, não só de 2021, ano de eleições autárquicas, ver, por exemplo, nestes meses de verão de julho e agosto acontecer a demolição das casas entre o Largo do Dique e o Jardim 1º de Dezembro para a criação de uma nova artéria de circulação em Portimão (proposta aprovada em Assembleia Municipal com voto favorável do PSD, defensor desta melhoria rodoviária, mas com reservas face ao curto estudo de tráfego apresentado publicamente pelo executivo) que irá impactar seguramente uma das zonas mais movimentadas da Cidade.

O PSD concorda com a execução de obras na antiga Lota de Portimão (apresentada uma dezena de vezes, porventura eleitoralmente, pelo executivo), no edifício do Salva Vidas de Alvor (proposto já em 2019 pelo PSD igualmente), na requalificação da Escola Básica José Buísel, na substituição das coberturas em amianto nas escolas básicas D. João II e Júdice Fialho e na Secundária Manuel Teixeira Gomes (e os alertas dados pelo PSD face à mesma situação noutros pontos como no Hospital de Portimão), no Parque da Juventude (porventura a obra de requalificação mais vezes apresentada e repetida do País). No entanto, o PSD, até pela indicação destas obras que decorrem/vão decorrer, conclui o óbvio: “A Câmara Municipal de Portimão esteve quatro anos sem planeamento e tem agora quatro meses para eleitoralmente recuperar o calendário perdido”, sublinha Carlos Gouveia Martins.

## PRESIDENTE DO PARLAMENTO AÇORIANO SUBLINHA QUE AUTONOMIA DEVE “SER CONTINUAMENTE APERFEIÇOADA”

Luís Garcia, presidente do Parlamento açoriano, assegura que “a autonomia não é um processo estanque” e que “deve ser continuamente aperfeiçoado”, a propósito do 45º aniversário das primeiras eleições regionais.

Numa mensagem pelo 45º aniversário das primeiras eleições regionais, o presidente do Parlamento dos Açores frisa que “o caminho” que conduziu a este momento “não foi fácil e foi trilhado por açorianos que, com a sua resiliência, coragem e determinação, lutaram e acreditaram na autonomia constitucional açoriana e num futuro melhor para as gerações vindouras”.

“Assim, e na evocação desta data especial, considero que as dificuldades e as controvérsias vividas há 45 anos devem hoje ser inspiradoras e as conquistas alcançadas ao longo de todo este tempo devem lembrar-nos que a autonomia não é um processo estanque e que deve ser continuamente aperfeiçoado”, lê-se na mensagem enviada às redações pelo gabinete da presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Em “27 de junho de 1976 as urnas abriam-se, pela primeira vez, para umas legislativas regionais e os açorianos foram chamados a participar e a escolher os seus representantes, por via do sufrágio direto, livre e universal”, lembra.

O presidente do Parlamento açoriano homenageia ainda “todos aqueles que têm feito parte deste percurso de mais de quatro décadas”, recordando “de forma especial os deputados constituintes e os primeiros deputados eleitos para a Assembleia Regional dos Açores”.



## PORTO DA HORTA, PSD QUER “DIÁLOGO FECHADO” PARA A OBRA AVANÇAR

Carlos Ferreira, deputado do PSD/Açores, considera que as obras no Porto da Horta devem avançar “depois de esclarecidas as dúvidas pelo LNEC e de cumprido o processo de diálogo entre o novo governo regional, os operadores portuários e as forças vivas do Faial”.

O social-democrata falava após uma reunião com o novo presidente da Portos dos Açores, onde reiterou que “face ao atribulado processo do reordenamento do porto, estas são condições essenciais para a intervenção no seu espelho de água avançar”.

“Essa tem sido a posição defendida ao longo dos últimos anos pelo PSD/Açores”, adiantou Carlos Ferreira, que solicitou ao novo presidente daquela empresa pública a maior celeridade na avaliação do estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ciente de que, “com este governo regional, o processo terá de ser desenvolvido com outra capacidade e atitude”.

O deputado social-democrata acrescentou que “os faialenses não querem ver repetidos os erros graves cometidos na construção do molhe norte”, acrescentando que “se o LNEC confirmar que a origem do problema está no molhe norte, é aí que deve ser identificada uma solução para o corrigir ou atenuar”.

Segundo Carlos Ferreira, “esta foi a verdadeira exigência cívica que, perante a teimosia do anterior governo regional, apoiado pelos seus camaradas do PS/Faial, mobilizou 1732 cidadãos para a Petição “A favor da suspensão das obras de construção civil no espelho de água do Porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2ª fase do projeto de reordenamento do porto da Horta”, frisou.



“Ao longo do último século, o porto da Horta contribuiu e muito para a projeção do Faial e dos Açores no mundo, dada a sua localização estratégica, a segurança oferecida e a qualidade das suas águas. Os cabos submarinos, as travessias aéreas transatlânticas e, nas últimas décadas, o iatismo internacional, conferiram e continuam a

conferir-lhe esse papel”, declarou o parlamentar.

Para Carlos Ferreira, “é preciso ter um porto preparado para os próximos 100 anos, com a mesma visão de futuro dos nossos antepassados, que tiveram muito menos recursos do que os que temos hoje à disposição”.

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

## RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



## SECÇÕES

## MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção de Monção do Partido Social Democrata, para reunir no próximo dia 12 de julho (segunda-feira), pelas 21H00, sita na Rua Direita nº 117, em Monção, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS:

1. Aprovação da candidatura à presidência da Câmara Municipal de Monção;
2. Outros assuntos.

Nota: Se na hora designada não houver quórum dos Membros, fica a mesma convocada para as 21H30

## NELAS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Nelas do PSD, para reunir no próximo dia 9 de Julho (sexta-feira) de 2021, pelas 20H30 a qual excepcionalmente e por força da atual situação epidemiológica irá decorrer em Plataforma de Videoconferência (a Plataforma e as indicações de acesso à reunião estarão disponíveis atempadamente nas redes sociais do PSD de Nelas), com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política atual;
2. Eleições autárquicas 2021;
3. informações.

De acordo com os Estatutos a Assembleia considera-se legalmente constituída se estiverem presentes pelo menos, mais de metade dos militantes, funcionando meia hora mais tarde com qualquer número de militantes.

## PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata PPD/PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela para reunir, no dia 9 de Julho (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, na Sede da Junta de Freguesia de Palmela, sita na Rua Hermenegildo Capelo, nº 58, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação do Programa Autárquico;
3. Apresentação dos cabeças de listas e respetivas listas às Eleições Autárquicas de 2021 no concelho de Palmela;
4. Análise da situação política;
5. Outros assuntos.

Nota: Chama-se a atenção a todos os militantes da Secção de Palmela que o uso de máscara é obrigatório, assim como deve ser respeitada a distância de segurança de pelo menos 2 metros entre os presentes.

## SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Setúbal, no dia 8 de Julho (quinta-feira) de 2021, pelas 21H15, na Sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23, 1º Esq, em Setúbal, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

- 1 – Informações;
- 2 – Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais;
- 3 – Análise da situação político-partidária.

De acordo com os Estatutos Nacionais do PPD/PSD a Assembleia de Secção pode deliberar trinta minutos após a hora

fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.

Nota: A Assembleia será realizada em formato misto, através de meios de comunicação informático à distância, com recurso à plataforma Zoom e presencialmente. Os militantes poderão aceder a partir de um computador ou smartphone à internet, com os recursos de áudio e de imagem habitualmente necessários para este tipo de sessões. Sugere-se ainda a utilização de auscultadores para que o som não produza perturbações de feedback. Para garantir a adesão atempada de todos os militantes, a reunião estará ativa a partir das 21H00, permitindo estabelecer ligação atempada e verificar as necessárias condições técnicas.

## CONVOCATÓRIAS DA JSD

## RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



## FUNDÃO

Ao abrigo do artigo 93.º do Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, aprovados em Conselho Nacional da JSD de 1 de fevereiro de 2020, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Fundão para reunir em sessão ordinária presencial, no próximo dia 7 de agosto de 2021, com início pelas 15 horas, na sede do PSD Fundão, sita na Rua dos Restauradores, Lote 10 R/C Bº, 6230 – 496, Fundão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da Proposta Política da JSD Fundão às Eleições Autárquicas 2021;
- 2 – Aprovação dos candidatos da JSD às Assembleias de Freguesia, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal, a serem incluídos nas listas do PSD;
- 3 - Análise dos últimos meses de mandato dos novos órgãos eleitos;
- 4 – Análise da situação política local e nacional;
- 5 – Outros assuntos.

## MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Mafra para reunir no dia 31 de julho de 2021 (sábado), pelas 17:00, na sede da JSD Mafra, sita no Terreiro D. João V, N.º 61, 2º, 2640-492 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário Concelhio da JSD Mafra;